

# US\$ 1 bilhão para a energia

por Celso Pinto  
de Washington

O Brasil está discutindo com o BIRD a montagem de um pacote de co-financiamento de US\$ 1 bilhão para o setor energético.

Apesar das ostensivas resistências iniciais do governo brasileiro, é provável que o empréstimo se concretize. Este será um dos temas da conversa que o ministro da Fazenda, Ernane Galvão, terá hoje à tarde com o presidente do Banco Mundial, Alden Clausen, em Washington.

O banco está fortemente interessado em concluir o negócio com o Brasil. Seu vice-presidente para a América Latina e Caribe, David Knox, disse a este jornal que certamente será possível obter dos bancos internacionais uma expressão melhor de condições para participar do co-financiamento. De toda forma, a definição de condições, segundo Knox, só deverá acontecer depois de o Brasil concluir os termos da negociação para o próximo ano. Ela seria um óbvio ponto de referência.

O diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, diz que o co-financiamento interessa ao Brasil, desde que duas condições sejam atendidas: que as condições para sua execução não sejam muito duras e ele não envolva "dinheiro

(Continua na página 2)

Embora o ministro da Economia argentino, Bernardo Grinspun, reafirme que não há pontos pendentes com o FMI e há plena concordância a nível técnico sobre o programa de ajuste da economia, banqueiros e autoridades em Washington mostram-se céticos sobre a iminência de um acordo.

(Ver página 2)

## US\$ 1 bilhão...

por Celso Pinto  
de Washington  
(Continuação da 1ª página)

novo", mas os dólares já existentes no BC, referentes à negociação deste ano. Atendidos estes pressupostos, a ideia do co-financiamento, segundo Serrano, tem o completo respaldo tanto de Galvão quanto do ministro Delfim Netto.

Knox confirmou que o Banco Mundial aceita a proposta de usar os estimados US\$ 9 bilhões, ainda nos cofres do BC, correspondentes à "fase dois". Mas deixou claro que realmente a condicionalidade embutida num programa deste porte, de co-financiamento, é bem mais dura do que as usuais. A intenção original do BIRD era voltar o pacote com o Brasil para financiamentos "estruturais", ligados aos desequilíbrios do balanço de pagamentos. Em consequência, também caberia ao Banco sugerir e acompanhar a execução de programas de ajuste estrutural de longo prazo. Este acompanhamento se somaria à vigilância já exercida pelo FMI.

Exatamente para evitar esta hipótese, o Brasil preferiu discutir um pacote ligado a financiamento de projetos de energia elétrica. Neste caso, as condicionalidades são conhecidas e o Brasil já tem sido submetido a elas. Knox explicou que falta o governo brasileiro atender a dois pontos centrais para concluir o pacote energético: definir de onde virão os recursos necessários para atender às exigências de capitalização das empresas do setor e acertar uma política de reajuste de tarifas que o BIRD considere adequada.

O Banco Mundial está empenhado num acordo com o Brasil sobre este co-financiamento por várias razões. Esta seria a primeira grande operação feita em conjunto com os bancos privados, onde se embutiria o mecanismo de garantia do nível anual de desembolso: se o custo dos juros subir acima de um limite, o BIRD o refinancia em dois anos adicionais aos dez anos do empréstimo. Houve uma operação anterior com o Paraguai, mas irrelevante.

### PAPEL DO BIRD

Além disto, o Banco Mundial está em meio a um processo amplo de discussão sobre qual deve ser seu papel até o final desta década. Há um estudo a respeito, e este será um dos temas centrais nas discussões da reunião anual do FMI e BIRD, que se inicia no final desta semana.

Agrada claramente ao presidente do Banco, Alden Clausen, ex-presidente do

fundos adicionais a estes países. Ele admite, contudo, que isto por enquanto é teórico, já que nenhum banco está disposto a colocar mais recursos nos países devedores do que são obrigados pelos acordos globais de renegociação. Por esta razão, existiria, de momento, apenas o segundo benefício: uma redução nos custos dos empréstimos bancários, já que estes empréstimos teriam o aval técnico do BIRD.

O Brasil concorda em que os co-financiamentos significam maiores prazos e menores custos, diz Serrano. Receia, contudo, que impliquem condicionalidades muito duras ou que inaugurem uma forma permanente de levantamento de recursos. É óbvio que para os bancos é melhor emprestar em companhia do rigor do Banco Mundial do que em condições usuais de mercado. O governo brasileiro tem medo de que, se for inaugurado um esquema ambicioso de co-financiamento, é provável que os bancos privados prefiram repeti-lo nos próximos anos e não começar a trabalhar com a hipótese de um gradual retorno aos "financiamentos voluntários" de mercado.

Outra enorme vantagem, do ponto de vista do Banco Mundial, é que os co-financiamentos permitem contornar uma óbvia escassez de recursos para que a instituição passe a desempenhar papel mais relevante. Os Estados Unidos são intransigentemente contrários a aceitar novos aportes de capital para organismos multilaterais como o BIRD e o FMI. Nas regras atuais, de outro lado, o Banco só pode emprestar o equivalente a uma vez o valor de seu capital subscrito mais as reservas.

### MAIS CAPITAL

Há uma antiga ideia de dobrar esta proporção para dois, mas sabe-se que Clausen é claramente contrário a ela. A razão é que o BIRD levanta capital emitindo bônus no mercado e há o compromisso explícito com os investidores da manutenção desta proporção (o chamado "gearing ratio"). Clausen teme pela reação negativa que essa mudança poderia provocar.

Já nos co-financiamentos, o Banco entra com uma pequena parcela de recursos que pode ser não mais de 10% do total. Os bancos privados completam os recursos. O poder de alavancagem, portanto, é fortíssimo.

Nos co-financiamentos, o BIRD pode também participar dando garantia a uma parcela do empréstimo (estendendo o prazo),

Bank of America, a ideia de transformar o BIRD num "catalisador" de recursos dos bancos privados para os países em desenvolvimento. A contrapartida, é claro, seria ampliar o alcance de sua supervisão junto a estes países.

David Knox argumenta, com razão, que esta iniciativa do BIRD pode ter dois efeitos positivos. O principal deles seria assegurar

como fez isso com Carajás, de do um prazo original (diggis- ciando dois ou al- ra um emprési- para dez anos) te O grande tele- contudo, está em- te nas mãos do vi- do Banco, era só pela originais quema como sua dimensão. 11)